

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE: REVISÃO INTEGRATIVA

Public policies to fight hunger in Latin America and the Caribbean: Integrative review

Francieli do Rocio de Campos

Doutora em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Docente Adjunta A da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão/Paraná.

Marília Patta Ramos

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D, com Licenciatura e Bacharel em Sociologia, Docente PhD do Curso de Sociologia (graduação), Pós-graduação stricto sensu de Sociologia e Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Resumo

Com estudos publicados em periódicos científicos no período de 2010 a 2020 se analisou as intervenções de combate à fome implementadas na América Latina e no Caribe. Com base em uma revisão integrativa, a partir de busca nos principais sites buscadores on-line se analisou título, palavras-chave, resumo e trabalho completo, obtendo uma amostra de 87 artigos de delineamentos experimental e quase-experimental, para ser obter as informações e posteriormente ser realizado a análise dos dados coletados. A revisão demonstrou que as intervenções voltadas ao combate à fome dedicaram-se a atuar na insegurança alimentar, seguida pela melhora no consumo alimentar, por fim, pela desnutrição. Foi possível dimensionar e relatar a influência das intervenções de 17 países da América Latina e do Caribe, que trazem consigo muitos contornos de ações e estratégias já desenvolvidas a um determinado período, no entanto, existe uma permanência diferente da problemática da fome em cada país.

Palavras-chave: políticas públicas; fome; revisão de literatura; análise

Abstract

With studies published in scientific journals from 2010 to 2020, interventions to combat hunger implemented in Latin America and the Caribbean were analyzed. Based on an integrative review, from a search on the main online search engines, the title, keywords, abstract and complete work were analyzed, obtaining a sample of 87 articles with experimental and quasi-experimental designs, in order to obtain information and subsequently the analysis of the collected data will be carried out. The review demonstrated that interventions aimed at combating hunger were dedicated to addressing food insecurity, followed by improvements in food consumption, and finally, malnutrition. It was possible to measure and report the influence of interventions in 17 countries in Latin America and the Caribbean. which bring with them many contours of actions and strategies already developed at a given period, however, there is a different permanence of the problem of hunger in each country.

Keywords: public policies; hunger; literature review; analysis

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar as intervenções de combate à fome implementadas na América Latina e no Caribe, através de estudos publicados em periódicos científicos no período de 2010 a 2020. Tendo em vista, a possibilidade de apresentar as intervenções de diferentes países e seu resultado nas políticas públicas de combate a fome na insegurança alimentar, na desnutrição, no nanismo, na emaciação e na mortalidade, no consumo alimentar e na renda de beneficiários.

Para esse trabalho, torna-se de suma importância conhecer os acontecimentos e as ações que marcaram a trajetória, direcionar a compreensão e explicitar os propósitos, dada a relevância das políticas públicas já existentes no campo do combate à fome e, também, proporcionar um panorama que permite entendê-las, questioná-las e avaliá-las no cerne do desenvolvimento de medidas que conduzam elementos científicos nas políticas existentes e formulação de novas políticas com objetivo de combater a fome. A experiência sobre a análise de políticas, programas, planos e estratégias na América Latina e Caribe não é extensa, e ainda menos significativa e sistemática em relação às intervenções de combate à fome.

A ambiguidade de combinar políticas públicas apropriadas para erradicar com a fome esteve incorporada na chamada abordagem de mão dupla ou paralela. Por um lado, era necessário criar condições aos famintos para aumentar permanentemente a sua capacidade de obter comida suficiente. No outro lado, precisava atender à necessidade imediata por quantidade de alimentos suficientes e nutritivos para todos os que não tinham acesso ao mínimo necessário e passavam fome. A população vivenciava o problema da fome mais grave, porque não tinha acesso a uma quantidade mínima e adequada, ou a sua renda era insuficiente para comprar os alimentos, e não podiam produzi-los por conta própria, ou, ainda, porque não recebiam doações e transferências suficientes de terceiros para atender às suas necessidades básicas de alimentação (Millán Smitmans, 2014).

O combate à fome tornou-se um tópico político que foi construído de modo recorrente em vários países, provocando amplo debate no âmbito público e governamental acerca dos objetivos e critérios para o planejamento, a construção e a implementação das políticas públicas em cada território.

Por isso, esta pesquisa propõe-se a desenvolver o tema voltado ao conjunto de intervenções dos governos relacionadas ao combate à fome, tendo como base a abordagem baseada em evidências, que aponta o efeito dessas políticas públicas nos países da América Latina e do Caribe¹. O autor Chonchol (1987) afirma que a fome sempre existiu nos va-

1 A Região da América Latina é composta pelos países que contemplam a América do Sul, América Central e o México. Entre as definições dos países, essa é a que mais se direciona aos critérios estabelecidos pela Organização das Nações

riados países, como um problema que foi sendo amenizado ao longo da história, em condições de maior ou menor densidade, juntamente com a pobreza e a desigualdade social.

Os países da América Latina e do Caribe diferem-se na questão demográfica, geográfica, econômica, social e política, assim como em termos de características intrínsecas ao desenvolvimento. Na perspectiva do trabalho de combate à fome, existem razões importantes para sugerir que essa questão decorra de uma história comum e de evoluções que tiveram origem no Atlântico, condicionando, estruturalmente, a situação da fome na região latina e caribenha. Essas diferenças refletiram-se na extensão da insegurança alimentar e nutricional, no progresso, no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas e nos respectivos marcos legais, institucionais e orçamentários para promover a alimentação e garantir o direito à alimentação (Sarmiento, 2008; Pinto, 2013).

Numa condição de ponderar as ações do Estado, torna-se possível apresentar meios encontrados em estudos científicos, por intermédio de evidências, para auxiliar os representantes governamentais sobre a sua atuação correlacionada com as políticas públicas. Para Head (2008), as políticas baseadas em evidências é um compromisso moderno de melhoria, embora as tentativas de vincular a ciência social e a política pública tenham uma linhagem muito mais antiga na história dos movimentos progressistas de reforma. O conhecimento científico e técnico têm sido muito valorizado na evolução do Estado moderno, inicialmente no que diz respeito ao crescimento econômico e à defesa nacional e, posteriormente, como resposta às aspirações de ascensão social dos cidadãos. As ciências sociais têm sido valorizadas por suas contribuições para compreender e influenciar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos indivíduos.

A disseminação da pesquisa sobre política a partir da ação do Estado tornou-se uma corrente das ciências sociais. A partir disso, podem ser citadas algumas experiências de governos implementando políticas e programas voltados para a erradicação da fome na população em diferentes esferas municipais, regionais, estaduais e federais. Os episódios, historicamente recorrentes, de fome e desnutrição mostraram-se como problemas crônicos de insegurança alimentar, que estão intimamente ligados à pobreza e às desigualdades estruturais nas sociedades. Além disso, o desenvolvimento tecnológico permanece integrado na estrutura de produção e consumo de alimentos, adicionando, a cada dia, novos riscos e incertezas às “antigas” questões, como preocupações com a higiene e a qualidade nutricional dos alimentos e questões relacionadas à preservação e ao controle de recursos naturais.

O combate à fome, por quase setenta anos, segue com o surgimento de ideias, movimentos e regulamentações. A concepção de um estado de segurança alimentar e bem-estar nutricional passou a configurar como um grande desafio no pensamento da

Unidas (ONU).

sociedade civil e na agenda do poder público (Valente, 2003). Para Magalhães (2014) a atenção à teoria e aos mecanismos de ação dos programas de combate à fome permitiu compreender os processos pelos quais os serviços e bens são fornecidos, elucidar como os efeitos são alcançados, quais são as consequências imprevistas das intervenções e como elas ocorrem por meio de modelos causais empregados, bem como entender a ligação contínua entre processo e resultado. Dessa forma, é possível analisar o efeito que vincula processos e resultados em diferentes programas e iniciativas públicas.

Metodologia

Para este trabalho, optou-se por utilizar de um tipo de revisão da literatura chamado de Revisão Bibliográfica Sistemática e, dentro dela, para desenvolver essa pesquisa foi selecionada a revisão integrativa². Trata-se de um estudo com dados coletados a partir de fontes secundárias, através de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada por estudiosos. Tal recurso permite agregar, classificar, avaliar e sintetizar os resultados da pesquisa de um tema específico, o qual ajuda outros profissionais a utilizar esses dados em seu trabalho.

As questões norteadoras para desenvolver a revisão integrativa foram: “Quais estudos existem sobre intervenções de combate a fome publicados no período de 2010 a 2020 e quais foram os efeitos achados sobre os índices e taxas de insegurança alimentar, desnutrição, nanismo, emaciação, mortalidade, consumo alimentar e renda na América Latina e no Caribe? Os artigos foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos científicos publicados no período de 2010 a 2020; texto completo para o acesso; idiomas em inglês, português e espanhol; que apresentassem como foco do estudo a investigação de fatores que influenciaram nos índices e taxas nos desfechos ligados ao combate a fome.

O período de coleta de dados ocorreu entre fevereiro de 2021 a abril de 2022 e os trabalhos científicos foram selecionados nas seguintes bases de dados: as Bases nacionais: 1) Portal de Periódicos da Capes; 2) *Scielo*; 3) Biblioteca Virtual sobre Violência e Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), as Bases internacionais: 1) *Redalyc - Sistema de Informacion Cientifica Redalyc*; 2) ResearchGate; 3) *Scientific Electronic Library Online*; Portais de busca: *Google Scholar*, utilizando os seguintes descritores em português, espanhol e inglês: apenas “fome”, “fome” AND “política pública”, “fome”

2 Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 127), “o termo ‘integrativa’ tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes de pesquisas utilizadas neste método”. A partir da revisão de literatura de Whittemore e Knafl (2005), que designam a revisão integrativa como uma alternativa rigorosa da combinação de estudos com diferentes métodos (como desenho experimental/não experimental) e integração dos resultados do fenômeno que está sendo analisado.

OR “desfecho”, “fome” OR “nome de cada intervenção”. A estratégia de busca tornou-se um dos fatores que afetou diretamente a atividade de busca de obras nas bases de dados. Assim, diferentes estratégias de busca foram desenvolvidas durante a coleta de artigos, levando em consideração as características de cada fonte de informação, como o idioma principal e a presença ou ausência de vocabulário controlado.

A fim de descrever e identificar as características estruturais de cada intervenção, dos estudos selecionados no final de cada etapa de seleção foram coletados os dados de interesse de 87 artigos para análise por meio de um instrumento de coleta que abrange publicação (título, autor, ano, revista), amostra, objetivos, delineamentos da metodologia, resultados e conclusões de cada estudo. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e comparativa, a qual resultou na construção de categorias referente a efeito comprovado, promissor, limitante ou não avaliado de fatores que influenciaram nos índices e taxas de insegurança alimentar, desnutrição, nanismo, emaciação, mortalidade, consumo alimentar e renda na América Latina e no Caribe, de acordo com as características estruturais de todas as políticas públicas que foram possíveis obter conhecimento científico.

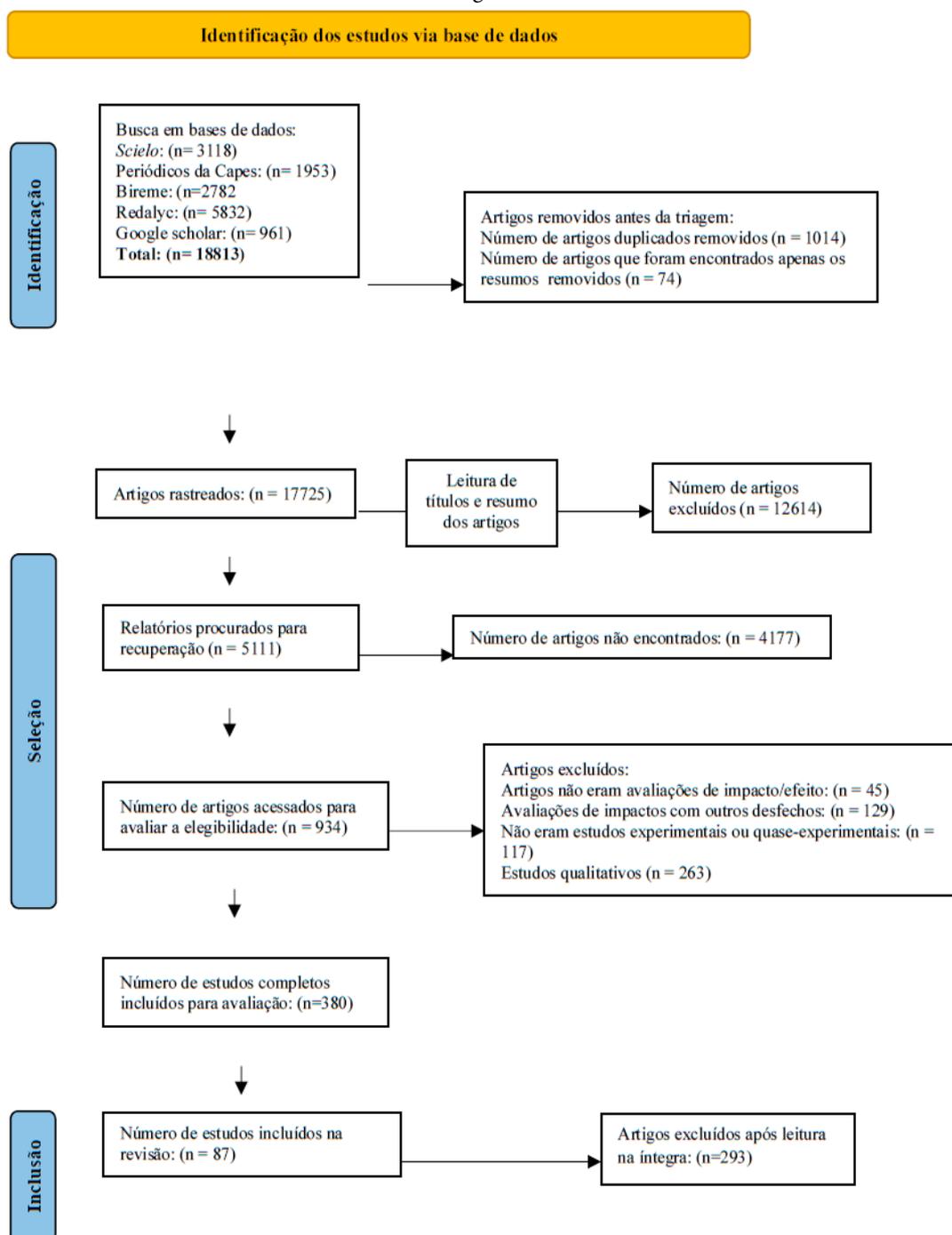
Resultados e discussões

Ao aplicar a metodologia descrita nos manuais e trabalhos científicos publicados na área para desenvolver uma revisão integrativa, foi possível recuperar 18.813 registros, numa busca estruturada em sete bases de busca de artigos (inter) nacionais. No processo de seleção dos trabalhos, foi necessário excluir 1.014 estudos repetidos e, assim, ao final do processo restaram 17.725 registros para a avaliação pelo título. Ao aplicar os critérios de exclusão nos títulos dos trabalhos, eliminaram-se 12.614 registros, restando 5.111 estudos para a avaliação pelos resumos. Essa etapa possibilitou a exclusão de 4.177 trabalhos, sendo reservados 380 para avaliação pelo texto completo. Não foi possível fazer a leitura de 291 estudos, visto que vários destes não puderam ser recuperados pelos sistemas de computação, e outros não tiveram o texto completo disponível nos idiomas definidos para a revisão. Após a leitura dos textos completos, os 87 artigos selecionados foram incluídos na revisão integrativa.

A Figura 1 apresentada na sequência representa um fluxograma que mostra as etapas desenvolvidas, o número de trabalhos selecionados e eliminados em cada etapa de elegibilidade dos estudos para essa revisão integrativa.

Na presente revisão integrativa, foram incluídos 87 artigos, que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos para desenvolver a pesquisa descritos na Figura 1. Os trabalhos que compõem a amostra se referem aos efeitos das políticas públicas voltadas ao combate à fome da população da América Latina e do Caribe.

Figura 1: Fluxograma com Identificação das etapas da inclusão e exclusão dos estudos para revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Stovold *et al.* (2014); Boers (2018); Mayo-Wilson *et al.* (2018).

A Tabela 1 apresenta um panorama geral das publicações científicas incluídas nesse trabalho. Nos artigos abrangidos na revisão verificou-se que 24,72% deles foram publicados nos anos de 2010 e 2011, seguindo 20,22% entre o período de 2012-2013 e

2014-2015, diminuindo o número de publicações a partir de 2016. Esses achados apresentaram uma diferença pequena em quantidade de publicações sobre o tema, que pode ser em decorrência dos desfechos interligados à fome estarem em declínio, ou mesmos dos números ligados à fome terem passado a ser menores nesse período analisado.

Os dados expostos na Tabela 1 dizem respeito aos estudos aprovados nos itens de inclusão na revisão integrativa dessa pesquisa.

Tabela 1: Características dos estudos incluídos na revisão integrativa.

Ano de publicação	N	%	Design	N	%
2010-2011	22	25,29	Delineamento experimental	18	20,69
2012-2013	17	19,54	Delineamento quase-experimental	69	79,31
2014-2015	17	19,54	Total	87	100
2016-2017	12	13,79			
2018-2019	14	16,09	Nível de evidência	N	%
2020	5	5,75	Nível I	6	6,90
Total	87	100	Nível II	30	34,48
			Nível III	47	54,02
Idioma	N	%	Nível IV	4	4,60
Espanhol	29	33,33	Total	87	100
Inglês	39	44,83			
Português	19	21,84	Trabalhos por país	N	%
Total	87	100	Argentina	4	4,60
			Brasil	28	32,18
Área dos estudos	N	%	Chile	1	1,15
Administração	4	4,60	Colômbia	13	14,94
Ciências agrárias	2	2,30	El Salvador	2	2,30
Continuação da Tabela 1					
Ciências humanas	2	2,30	Equador	3	3,45
Ciências sociais	10	11,49	Guatemala	2	2,30
Economia	7	8,05	Haiti	3	3,45
Medicina	1	1,15	Honduras	1	1,15
Multidisciplinar	18	20,69	Jamaica	1	1,15
Nutrição	14	16,09	México	18	20,69
Políticas públicas	1	1,15	Nicarágua	2	2,30
Saúde	26	29,89	Panamá	1	1,15
Não identifica	2	2,30	Paraguai	1	1,15
Total	87	100	Peru	6	6,90
			Uruguai	1	1,15
			Total	87	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na revisão integrativa, identificou-se que 44,83% dos trabalhos foram publicados

no idioma do inglês, cerca de 33,33% no idioma em espanhol e 21,84% em português. Pode-se considerar o uso da língua inglesa como predominante no campo científico, mas também o número de publicações no idioma em espanhol e português demonstrou que houve muitos pesquisadores na América Latina e no Caribe que se propuseram a compreender o fenômeno da fome na Região, e isso também foi possível de ser verificado pelas instituições que se dedicaram a estudar o fenômeno. Não foram encontradas publicações que satisfizessem os critérios de inclusão estabelecidos com a utilização dos descritores de busca em francês, o que pode ser considerado como uma limitação deste estudo.

A aplicação da classificação de força de evidência resultou na recuperação de 54,02% dos trabalhos. Foi possível identificar o nível de evidência III, além de 34,48% com nível de evidência II, 6,90% dos estudos com nível I de evidência e 4,60% dos estudos classificados no nível IV de evidência (conforme a classificação descrita na Tabela 1).

Em relação ao número de publicações identificados por países da América Latina e do Caribe, constatou-se que 32,18% dos trabalhos pertenciam ao Brasil, seguido de 20,69% de artigos do México; 14,94% representaram artigos sobre a Colômbia, e o percentual restante de trabalhos foram distribuídos entre os outros 14 países, nos quais foram encontradas publicações sobre políticas públicas de combate à fome incluídas na revisão. Esse tipo de informação pode indicar a disponibilidade de dados divulgados por pesquisadores ou instituições de pesquisas, ou, ainda, a predominância de experiências vivenciada por diversos governos, o que impulsiona a produção de resultados sobre situações ou evoluções das intervenções de combate à fome.

Quanto ao desenho de pesquisa dos trabalhos, verificou-se que 79,01% dos estudos são de delineamento quase-experimental e 20,69% são de delineamento experimental. No que tange a esse segmento, foram considerados apenas os dados quantitativos como resultados para essa revisão. A complexidade, as múltiplas nuances e facetas das políticas públicas de combate à fome na América Latina e Caribe acabaram por se refletir no processo de geração de evidências de efeito das intervenções.

Houve alguns movimentos para publicar estudos que adotaram um delineamento quase-experimental ou experimental, apesar dos avanços pontuais sobre as políticas públicas de combate à fome nas pesquisas apresentadas até o momento. Essa categoria de desenho metodológico permite avaliar qual ou quais variáveis refletem num determinado resultado de um estudo. As avaliações que focam no resultado de políticas públicas costumam informar aos tomadores de decisão e gestores como eles devem liderar as ações de implementação e revisar as estratégias adotadas e o processo de correção de problemas.

Para tal síntese, foi utilizado os critérios da “*FOOD SECURITY EVIDENCE REVIEW: key drivers and what works to improve food security*”, de Engelhard e Hake (2019), para classificar a evidência disponível em comprovadas, promissoras, emergentes e não

avaliadas sobre cada tipo de intervenção em relação a cada tipo de desfecho. Ao considerar a síntese de evidências mostrada na Tabela 1, a revisão demonstrou que a maioria das intervenções voltadas ao combate à fome dedicaram-se a atuar na insegurança alimentar (n = 34), seguida pela melhora no consumo alimentar (n = 20) e, por fim, pela desnutrição (n = 12).

Em termos das informações apresentadas no Quadro 1, 2, 3 e 4 as intervenções foram distribuídas por categorias segundo os desfechos: insegurança alimentar, renda, consumo alimentar, desnutrição, mortalidade, nanismo ou emaciação. A descrição e análise dos dados realizada sobre o efeito das intervenções na condição positiva querem dizer que ela produziu uma queda nos indicadores de fome, a intervenção classificada como negativa, refere-se a um aumento nos indicadores de fome e as sem impacto, a nenhuma alteração nesses indicadores. Outro elemento utilizado em tal síntese seguiu os parâmetros das autoras Engelhard e Hake (2019), em que as evidências extraídas a partir de cada estudo (através das informações/características da metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa) transformaram-se em elementos que classificaram o efeito de cada intervenção sobre o desfecho analisado na revisão integrativa. Essa classificação representou a qualidade e a quantidade de evidências disponíveis sobre a intervenção em cada estudo incluído na revisão, o que resulta em informações para dizer se a intervenção foi eficaz para melhorar um ou mais resultados específicos.

No Quadro 1, as evidências agrupadas mostraram que a revisão integrativa encontrou maior número de trabalhos publicados e as evidências comprovaram o efeito das políticas públicas na insegurança alimentar. Conforme o resultado e o tipo de intervenção:

Quadro 1: Síntese dos estudos incluídos na Revisão que comprovaram evidências nas Políticas Públicas.

	Desfecho	Intervenção e informações dos trabalhos
Comprovada	Desnutrição	Programa de alimentação escolar (Adrogué; Orlicki, 2013; Boland; Brautigam, 2010).
	Insegurança alimentar	Asignación Universal por Hijo (Salvia; Musante; Jaramillo, 2013; Salvia; Tuñón; Poy, 2015; Walsh; Poy; Tuñón, 2020). Programa Bolsa Família (Piperata; Spence; Da-Gloria; Hubbe, 2011; Nunes De Souza; Moura E Dias; Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa, 2012; Sperandio; Rodrigues; Franceschi.; Priore, 2017; Sperandio; Priore, 2015; Suzart; Ferreira; Barros De Oliveira; Meireles Lemos; Correa; Bonfatti, 2017; Poblacion; Marín-León; Segall-Corrêa; Silveira; Taddei, 2015).
	Consumo alimentar	Programa Bolsa Família (Duarte; Sampaio; Sampaio, 2010; Mourão, Ferreira, Macedo De Jesus, 2012; Pereira Sampaio; Pinheiro De Sousa, 2014; Speandio; Rodrigues; Franceschini; Priore, 2017).
	Renda	Programa Bolsa Família (Paes-Sousa; Santos; Miazakib, 2011; Cabral; Lopes; Lopes; Vianna, 2014; Rosano Peña; Pinheiro; Albuquerque; Mota Fernandes, 2015; Correa; Trevisan; Mello, 2019).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os resultados da pesquisa agrupados no Quadro 2 demonstraram o maior número de trabalhos publicados e as evidências também apontam para o efeito promissor das políticas públicas na insegurança alimentar. Conforme o resultado e o tipo de intervenção na sequência:

Quadro 2: Síntese dos estudos incluídos na Revisão, que demonstraram evidências promissoras nas Políticas Públicas.

	Desfecho	Intervenção e informações dos trabalhos
Promissor	Desnutrição	Programa de distribuição de leite fortificado (Rivera; Shamah; Villalpando; Monterrubio, 2010). Programa Juntos (Andersen; Reynolds; Behrman; Crookston; Dearden; Escobal; Mani; Sanchez; Stein; Fernald, 2015). Programa Integral de Nutrição (Beltrán; Seinfeld, 2011).
	Insegurança alimentar	Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social (Rossi; Ferre; Curutchet; Giménez; Ares, 2017). Programa de Aquisição de Alimentos (Figueiredo Salgado; Silva; Ferreira; Alvim Cunha; Ferreira Dos Santos, 2017; Camargo Almeida; Pugliesi; Ferrante; Cardozo; Paulillo, 2018). Programa Bolsa Família (Neder; Alves Filho; Souza, 2015) Programa de alimentação escolar (Trivellato; Priore; Franceschini; Santos; Costa, 2019). Programa Comedor Comunitario (Caro; Hernández; Fajardo; Viveros; Torres, 2018). <i>Projeto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i> (Krause; Scott; Sinisterra; Koski, 2018). Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (Martínez; Pérez; Tejerina, 2015). <i>70 y más</i> (Vilar-Compte; Ortiz-Blas, 2013).
	Nanismo	Familias en Acción (Lopez-Arana; Avendano; Forde; Van Lenthe; Burdorf, 2016; Lopez-Arana; Avendano; Van Lenthe; Burdorf, 2016). Red Solidaria (De Brauw, 2011).
	Consumo alimentar	Restaurantes populares (Gobato; Panigassi; Villalba, 2010; Buttorff; Trujillo; Diez-Canseco; Bernabe-Ortiz; Miranda, 2015). World Food Programme (Bohada, 2010; Hidrobo; Hoddinott; Peterman; Margolies; Moreira, 2012). Familias en Acción (Attanasio; Battistin; Mesnard, 2012). Progresia (Kronebuschb; Damon, 2019). Oportunidades (Angelucci; Attanasio; Di Maro, 2011). Red de Protección Social (Gitter; Manley; Barham, 2013). Colación BKN (González; Zacarías; Domper; Fonseca; Lera; Vio Del, 2014). Bono de Desarrollo Humano (Poncea; Bedi, 2010; Ponce; Ramos-Martin, 2017).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No Quadro 3, as evidências e maior número de trabalhos analisados apresentaram efeito das políticas públicas na insegurança alimentar. Conforme o resultado e o tipo de intervenção a seguir:

Quadro 3: Síntese dos estudos incluídos na Revisão com evidências emergentes (limitadas) sobre as Políticas Públicas.

	Desfecho	Intervenção e informações dos trabalhos
Emergente	Renda	<p>Programa Nacional de Segurança Alimentar (Nchinda; Thieme; Ankers; Crespi; Ariste, 2011).</p> <p>Programa de Aquisição de Alimentos (Oliveira; Batalha; Pettan, 2017).</p> <p>Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza (Galeano Bate, 2018).</p>
	Desnutrição	<p>Programa Bolsa Família (Ford; Lourenço; Cobayashi; Cardoso, 2020; Saldiva; Silva; Saldiva, 2010).</p> <p><i>Cruzada contra el Hambre</i> (Quezada-Sánchez; García-Guerra; Galindo-Gómez; García-Morales; Molina-Vélez; Palacio-Mejía, 2020; Reynoso; Salazar; Esquer, 2016).</p> <p>Programa Nutricional Articulado (Alcázar; Ocampo; Huamán-Espino; Aparco, 2013).</p>
	Insegurança alimentar	<p>Restaurantes populares (Bento; Filgueiras; Abreu; Pereira; Gazzinelli, 2016).</p> <p>World Food Programme (Échevin, 2011; Herrán; Patiño, 2015).</p> <p>Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia (Hackett; Melgar-Quiñonez; Taylor; Alvarez Uribe, 2010; Álvarez-Uribe; Estrada-Restrepo; Fonseca-Centeno, 2010; Álvarez-Uribe; Aguirre-Acevedo, 2012).</p> <p>Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Muñoz Sánchez; Gómez; Lasprilla; Echeverry; Martínez; Valencia; Flórez; Castaño, 2014; Arnés; Astier; González; Díaz-Ambrona, 2014).</p> <p><i>Program of Advancement through Health and Education</i> (Myrie; Robinson, 2013).</p> <p>Programa de Apoyo Alimentario (Vargas e Penny, 2010)</p> <p><i>Cruzada contra el Hambre</i> (Morales Ruán; Bravo Aguilar; Cuevas Nasu; Gómez Humarán; Levy, 2018; Aguilar-Estrada; Caamal-Cauich; Barrios-Puente; Ortiz-Rosales, 2019).</p> <p><i>Cash and Food-for-Work Programs</i> (Echevin; Lamanna; Oviedo, 2011).</p> <p>Oportunidades (Tamez-González; Ruiz-García; Ayala-Guzmán; Ortiz-Hernández, 2018).</p>
	Emaciação	Programa Nutricional Articulado (Sobrino; Gutiérrez; Cunha; Dávila; Alarcón, 2014).
	Nanismo	Programa Bolsa Família (Oliveira; Cotta; Queiroz Ribeiro; Sant'ana; Priore; Franceschini, 2011. Pacheco; Pedroso; Gonçalves; Cuervo; Rossoni, 2018).
	Consumo alimentar	<p>Programa Promoção da Alimentação Saudável (Quizán Plata; Anaya Barragán; Esparza Romero; Orozco García; Espinoza López; Bolaños Villar, 2013).</p> <p>Programa de Alimentação Escolar (Tiborski Cesar; Taconeli; Osório; Schmidt, 2020).</p> <p><i>Proyeto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (Cruz-Sánchez; Muñoz-Rodríguez; Santoyo-Cortés; Martínez-González; Aguilar-Gallegos, 2016).</p>
	Renda	Política Fundiária (Bandeira; Sumpsi, 2010).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No Quadro 4, a representatividade das evidências agrupadas e maior número de

trabalhos publicados demonstrou resultados na insegurança alimentar. Conforme:

Quadro 4: Síntese dos estudos incluídos na Revisão que comprovaram evidências nas Políticas Públicas.

	Desfecho	Intervenção e informações dos trabalhos
Ainda não avaliado	Desnutrição	Programa Comedor Comunitario (Garza; Salvatierra-Izaba; Lomelí; Dosal; Modesto, 2018). Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Fonseca; Patiño; Herrán, 2013).
	Insegurança alimentar	Programa Cozinhas Comunitárias (Bandoni; Marchioni; Gerken Brasil; Figueiredo; Sarti, 2010). Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Fonseca; Pachón, 2012). <i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (Bolom Martínez; Figuerola; Blanco Wells; Amtmann Moyano, 2015).
	Emaciação	Projeto de restaurantes escolares (Londoño; Ceballos, 2014). <i>Cruzada contra el Hambre</i> (Estrada; Santiago Cruz, 2017).
	Nanismo	Oportunidades (García-Parra; Ochoa-Díaz-López; García-Miranda; Moreno-Altamirano; Solís-Hernández; Molina-Salazar, 2016). Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Galiano; Abril; Ernert; Bau, 2012;).
	Mortalidade	Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia [MANA] (Chavez; Cadavid; Torres, 2012).
	Consumo alimentar	Programa Cozinhas Comunitárias (Branquinho; Oliveira; Akutsu; Freitas Da Silva, 2015).
	Renda	<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (García; González, 2019). <i>Red de Protección Social</i> (Thomas, 2010).

Fonte: Elaborado pelos autores.

A busca por implementar políticas públicas de combate à fome para mitigar a insegurança alimentar torna-se atribuída a vários outros fatores, como políticas inadequadas para lidar com os problemas da falta de oportunidades de trabalho, desigualdade, sofrimento e pobreza, falta de políticas compensatórias e de apoio aos setores de produção de alimentos essenciais, ocorrência de condições ambientais extremas (mudanças climáticas), estilos de vida, comportamentos, educação e escolhas humanas nas diferentes interfaces de cada país (Lopes et al., 2020).

Ainda, segundo os resultados encontrados na revisão integrativa, as ações implementadas não tiveram o efeito necessário para mitigar a insegurança alimentar (n = 15), ou seja, não fizeram diferença para a situação da América Latina e do Caribe, especialmente o *Apoyo Alimentario* (Peru) e *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia).

Como o caso apresentado por Maxwell *et al.* (2000), ao abordar a situação de insegurança alimentar e da vulnerabilidade da população, devem ser atendidos dois pré-requisitos considerados na América Latina e no Caribe. Primeiro, os formuladores de políticas devem aceitar o fato de que o rápido crescimento urbano foi inevitável na Região e, por isso, a simples resolução dos problemas rurais não resolvem os problemas urbanos.

Em segundo lugar, os formuladores de políticas deveriam ter reconhecido a existência da pobreza urbana. A velha suposição de que, em média, os moradores urbanos eram mais ricos do que os moradores rurais podem estar corretos, mas a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição cresceram rapidamente em áreas urbanas. As intervenções políticas devem abordar as realidades da dependência da população em recursos financeiros, em alimentos comprados e da necessidade da oferta de emprego.

Na síntese dos outros desfechos foi possível verificar que as intervenções incluídas na revisão tiveram um efeito positivo sobre a desnutrição (n = 5), caso em que se destacou o Programa de Alimentação Escolar da Argentina e de Honduras. Com relação à emaciação, as intervenções encontradas na revisão apresentaram efeitos negativos sobre o desfecho. Entre as intervenções analisadas que resultaram em efeitos positivos para o nanismo, destacam-se as políticas de transferência de renda (Programa Bolsa Família – Brasil, *Familias em Accion* – Colômbia e *Red Solidaria* – El Salvador). O Programa de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA), implementado na Colômbia, foi a única intervenção voltada para mortalidade, e que não apresentou resultados positivos (Quadro 1).

As intervenções analisadas conforme os resultados encontrados nos estudos incluídos na revisão apontaram que o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil apresentou efeitos positivos na renda e no consumo alimentar, isto é, que as ações do PBF voltadas ao combate à fome representaram melhorias no padrão de consumo alimentar e na renda destinada à compra de alimentos. Segundo Regmi e Gehlhar (2005), o consumo de alimentos aumentou em função da disseminação de programas de transferência de renda e, por isso, os padrões de consumo passaram variar entre os países por nível de renda na Região da América Latina e no Caribe.

Nesse tópico, foi agregado um conjunto de iniciativas bastante diversas em suas dimensões dos países da América Latina e do Caribe, mas que possuem como elemento comum a implementação de intervenções de ajuda alimentar, alimentação escolar, acesso a alimentação, distribuição de alimentos ou complementos alimentares, assistência social e desenvolvimento rural em seu centro.

As intervenções de ajuda alimentar passaram a ser implementadas após a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional na região.

Ajuda alimentar

Nesta revisão foram incluídos 19 trabalhos que avaliaram oito diferentes intervenções de ajuda alimentar distribuídos na América Latina e no Caribe, em que cinco estudos sobre a *Cruzada contra el Hambre* avaliaram três diferentes desfechos, sendo eles: Reynoso, Salazar e Esquer (2016) e Quezada-Sánchez *et al.* (2020) demonstraram que não houve

alteração no índice de desnutrição da população. O trabalho Aguilar-Estrada e Santiago Cruz (2017) não conseguiu avaliar a atuação da intervenção no caso da emaciação; já os resultados dos trabalhos de Morales Ruán *et al.* (2018) e Aguilar-Estrada *et al.* (2019) mostraram-se emergentes com relação à insegurança alimentar.

As quatro pesquisas que avaliaram o efeito do *World Food Programme* sobre a fome encontraram resultados diferentes. Diante disso, dois trabalhos concluíram que o programa não produziu impacto sobre a insegurança alimentar, enquanto os outros dois trabalhos identificaram que o programa foi promissor no consumo alimentar dos beneficiários, ou seja, que tal intervenção mostrou-se emergente no combate à fome.

Os únicos trabalhos encontrados, respectivamente, sobre *Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social* e outro sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), apontaram a queda no índice de insegurança alimentar provocado pela atuação de tais intervenções. O único estudo encontrado nessa revisão sobre *Programa de Apoyo Alimentario*, desenvolvido no Peru, não alterou o índice de insegurança alimentar. O trabalho incluído na revisão demonstrou que os Comedores Populares no Peru apresentaram um efeito negativo sobre a insegurança alimentar.

Apenas dois estudos foram incluídos nesta revisão (Bandoni *et al.*, 2010; Branquinho *et al.*, 2015), que avaliaram as unidades de Cozinhas Comunitárias no Brasil, os quais concluíram que a medida não provocou impacto no consumo alimentar. Em razão dos dois estudos disponíveis sobre Restaurantes Subsidiados pelo Governo no Brasil, o restaurante popular foi classificado como promissor para a contribuição do consumo alimentar da população. Os resultados encontrados no trabalho de Oliveira *et al.* (2017) apontaram que a intervenção foi promissora para aumento da renda dos beneficiários da intervenção.

Alimentação escolar

A revisão integrativa localizou sete trabalhos que abordaram o efeito de quatro diferentes intervenções ligadas a alimentação escolar, englobando, nesse caso, situações do Brasil, Argentina, Honduras, Chile, Colômbia e México. Os estudos incluídos nesta revisão de Boland e Brautigam (2010) e Adrogué e Orlicki (2013) avaliaram que as intervenções no âmbito escolar comprovaram queda na desnutrição. Outra pesquisa de Trivellato *et al.* (2019) mostrou-se promissora nos índices de insegurança alimentar. Apenas um estudo analisou o impacto do Projeto de Restaurantes Escolares Comunitários Integrals (Colômbia) e concluiu que não foi possível avaliar o efeito da intervenção sobre a emaciação. Com relação ao consumo alimentar, o trabalho de González *et al.* (2014) encontrou uma intervenção que foi promissora, enquanto o artigo desenvolvido por Tiborski *et al.* (2020) e outro por Quizán *et al.* (2013) demonstraram resultados limitados quanto ao desfecho. Pelo fato de a grande maioria dos estudos encontrarem resultados na mesma

direção, a intervenção foi classificada como promissora para combater a fome.

Acesso à alimentação

Esta revisão localizou seis estudos que avaliaram o impacto do acesso alimentar de três intervenções na América Latina e no Caribe. Um estudo identificou que o Programa Comedor Comunitario produziu uma redução nos índices de insegurança alimentar nos municípios onde foram implantadas, sendo que Caro *et al.* (2018) indicaram que esse impacto foi promissor para o desfecho. Entretanto Muñoz Sánchez *et al.* (2014) apresentaram resultados sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, que mostraram ser emergentes quanto à insegurança alimentar, assim como Fonseca e Pachón (2012) verificaram em sua pesquisa que Programa Colombiano de Bem-Estar da Família não apresentou impacto sobre a insegurança alimentar, ou seja, não foi possível de avaliar tal resultado.

Entre os estudos que avaliaram o impacto do acesso aos alimentos sobre a desnutrição, Fonseca *et al.* (2013) observaram que o Programa Colombiano de Bem-Estar da Família e os autores Garza *et al.* (2018), que estudaram o Programa Comedor Comunitario, não provocou impacto, não sendo, por isso, possível verificar o efeito das intervenções na desnutrição na Colômbia e no México através desses dois estudos. Galiano *et al.* (2012) concluíram que o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional implementado na Colômbia também não apresentou impacto sobre a emaciação no país. Portanto, as intervenções de acesso alimentar podem ser classificadas como não avaliadas nesse contexto de intervenção no combate à fome.

Assistência social

A Revisão encontrou 40 estudos com avaliações de impacto de 14 intervenções ligadas à assistência social implementadas nos países da América Latina e Caribe. As intervenções incluídas nessa revisão integrativa que comprovaram reduções significativas nos níveis de insegurança alimentar foram “*Asignación Universal por Hijo*” na Argentina e “Programa Bolsa Família” no Brasil que contemplam os trabalhos de Piperata *et al.* (2011); Souza *et al.* (2012); Sperandio *et al.* (2017); Anschau *et al.* (2012); Suzart *et al.* (2017); Poblacion *et al.* (2015). Em outro estudo desenvolvido por Neder *et al.* (2015), o Programa Bolsa Família (PBF) mostrou-se promissor para o combate à insegurança alimentar, enquanto outros dois estudos sobre o PBF indicaram evidências sobre a limitada efetividade da intervenção em relação à desnutrição e outros dois trabalhos mostraram esse mesmo resultado para nanismo. Com o aumento da transferência de renda oferecido pelo Programa Bolsa Família, ficou constatado pelos estudos incluídos nessa revisão que houve aumento nos índices de consumo alimentar e de renda dos beneficiários.

O Programa Juntos, implementado no Peru, teve impacto comprovado sobre a desnutrição. O estudo de De Brauw e Peterman (2020) identificou que a *Red Solidaria* teve efeito promissor sobre os indicadores de nanismo, a exemplo do Programa Oportunidades, fazendo a evidência também ser classificada como não avaliada. A análise do subsídio *70 y más* e do Programa dos Direitos dos Nossos Idosos demonstrou redução nos índices de insegurança alimentar, e, por esse motivo, mostraram-se promissores como intervenção na insegurança alimentar.

Os estudos do Programa *Famílias en Acción* encontraram resultados que mostraram uma expressiva redução nos índices de nanismo. Assim, Attanasio *et al.* (2012), com seu trabalho sobre *Famílias en Acción*; Kronebusch e Damon (2019), que pesquisaram sobre Progres; Angelucci *et al.* (2012) com Oportunidades; Gitter e Barham (2013), numa pesquisa sobre Red de Protección Social; Ponce e Bedi (2010); Ponce e Ramos-Martin (2017), com sua pesquisa sobre *Bono de Desarrollo Humano*, identificaram que o aumento do orçamento do público beneficiário provocou impacto promissor sobre consumo alimentar, enquanto Galeano Bate (2018) constatou que o Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza provocou um promissor aumento na renda dos idosos beneficiários.

Desenvolvimento rural

A revisão integrativa localizou sete avaliações de impacto que abrangeram cinco intervenções ligadas ao desenvolvimento rural dos países da América Latina e do Caribe. Por meio da avaliação de domicílios pertencentes às províncias de Caazas, Las Palmas e São Francisco – no Panamá –, foi constatado que o *Proyecto de Mejora del Consumo y Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* provocou uma redução estatisticamente significativa dos índices de insegurança alimentar, sendo a intervenção classificada como promissora para tal desfecho. Em relação aos resultados apresentados pelo trabalho de Arnés *et al.* (2019), estes encontraram um impacto limitado da intervenção para reduzir a insegurança alimentar, enquanto o estudo de Bolom Martinez *et al.* (2015) identificou uma intervenção que não produziu impacto e, por isso, a intervenção foi classificada como não avaliada para reduzir a insegurança alimentar.

Em ambas as intervenções, a revisão verificou um impacto limitado para melhorar o consumo alimentar. Pelo fato de ter apenas um estudo incluído, a intervenção *National Food Security Program* foi classificada como promissora na contribuição da renda da população. Entretanto, o desenvolvimento da Política Fundiária na Guatemala conseguiu atribuir um efeito limitado na renda dos agricultores e, ainda, em outro estudo sobre o PESA desenvolvido por García e González (2019) não foi possível avaliar o efeito da intervenção sobre a renda.

Os resultados das áreas referenciadas na revisão integrativa

Na sequência, destacamos o efeito das intervenções de programas ou de políticas nacionais de Segurança Alimentar adotadas pelos países e implementadas de modo multidisciplinar nos setores públicos identificados em vários estudos. Para tal intento foram necessários múltiplos fatores, dependendo de instituições como Estado, organizações não-governamentais, movimentos sociais e sociedade em geral para buscar políticas públicas que intervenham em temas como pobreza, saúde, educação, trabalho e geração de empregos, desenvolvimento rural, tecnologia, pesquisa, suporte direto em estado de vulnerabilidade e fome.

A categoria das intervenções de transferência de renda entre o período de 2010 a 2020 foram articuladas em ações estruturantes voltadas às causas da fome, que se tornaram políticas públicas consideradas eficazes no campo da segurança alimentar e nutricional ao proporcionarem um novo impulso à disseminação do conhecimento científico. Nesse caso, os resultados encontrados na revisão integrativa demonstraram que as intervenções *Asignación Universal por Hijo* (Argentina) e o Programa Bolsa Família (Brasil) tiveram um efeito positivo comprovado sobre a insegurança alimentar. A exemplo do autor Albuquerque (2009), ao assumir que a política funciona como uma ponte entre os problemas e/ou as soluções concretas para necessidades públicas, as pesquisas acadêmicas evidenciaram articulações que tiveram implicações importantes para políticas públicas. As avaliações da situação de segurança alimentar de grupos populacionais ou de ações governamentais para enfrentar a fome no Brasil e na Argentina buscaram em resposta atender aos padrões de consumo de alimentos (fontes de acesso aos alimentos) e padrões nutricionais.

Entre os estudos analisados na revisão, observou-se que as intervenções de ajuda alimentar, alimentação escolar e transferência de renda, como: *Programa of Advancement through Health and Education* (Jamaica), *70 y más* (México), Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil), *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* (Uruguai), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil), *Programa de Comedor Comunitario* (México), *Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* (Panamá), Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (El Salvador) demonstraram uma dinâmica de melhorias (promissora) com relação à insegurança alimentar. Devido à vulnerabilidade e à insegurança alimentar nos países da América Latina e Caribe, existem outros fatores que podem impactar a divulgação e a produção de intervenções de segurança alimentar.

Dessas, destacam-se as intervenções existentes resultantes de ações governamentais, o que pode explicar o maior volume de informações sobre iniciativas públicas de segurança alimentar em países em desenvolvimento. O México é um dos países com o maior número de iniciativas para enfrentar a insegurança alimentar e um dos países que

dispõe de mais recursos em nível público. Em geral, algumas políticas públicas são desenvolvidas ou implementadas pelos governos nacionais em cooperação com as agências da Nações Unidas e os exemplos mais importantes são os programas nacionais de segurança alimentar, desenvolvidos pelos governos locais com o apoio da FAO. Assim, os resultados demonstram uma correlação significativa entre os planos globais de segurança alimentar e nutricional comuns.

Os resultados evidenciaram que a atuação do Programa Restaurante Popular (Brasil), Cozinhas Comunitárias (Brasil), *World Food Programme* (Colômbia, Haiti), *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia*, (MANA/Colômbia), Programa de *Apoyo Alimentario* (Peru), *Cash and Food-for-Work Programmes* (Haiti), Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Colômbia) e Oportunidades (México) apresentaram efeito limitado com relação à insegurança alimentar. Do ponto de vista da pesquisa empírica, ao propor-se demonstrar a atenção limitada às questões de evidências sobre o quê e para que a intervenção foi implementada, e a experiência na América Latina e no Caribe mostrou que os estudos foram apenas parcialmente apoiados por evidências e que, ao fazê-lo, eles alcançaram resultados limitados sobre a insegurança alimentar. A capacidade de análise da fome, da escassez de alimentos e das políticas públicas de erradicação da fome têm escopo limitado para o atendimento dos indivíduos que vivem essa realidade.

A revisão integrativa encontrou estudos sobre insegurança alimentar em que os resultados demonstraram que as intervenções, analisadas a partir de 2010, não foram avaliadas quanto ao seu efeito na população. Assim, quando houve pouca confiança na estimativa de efeito do Programa Cozinhas Comunitárias (Brasil), Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Colômbia) e *Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (México).

A gestão dessas políticas tem enfrentado críticas devido aos processos decisórios dos gestores, que muitas vezes se baseiam em fatores não divulgados ou sensíveis, o que prejudica a efetividade da política pública e pode até inviabilizá-la durante sua implementação (Santos *et al.*, 2015). Conforme Souza *et al.* (2012), vale ressaltar que os beneficiários de programas de transferência de renda já se enquadram na categoria de famílias de baixa renda e sob maior vulnerabilidade a privações alimentares, e, portanto, as suas condições os colocam em risco de insegurança alimentar.

A revisão encontrou apenas um trabalho que tratou sobre a temática mortalidade, num estudo que foi desenvolvido sobre o *Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia), cujo resultados não conseguiram avaliar o efeito da intervenção sobre o desfecho. A mortalidade infantil tornou-se um sintoma de um problema fundamental, que, por sua vez, evidenciou o uso desigual das ações do vasto território que se estende pela América Latina e Caribe. Por isso, falar do contexto da “subalternidade

alimentar” de uma população é também falar da supressão das condições mínimas de sua expressão social. Segundo Belik (2006), a fome não apenas se confunde com a pobreza, mas tornou-se a pior manifestação da pobreza, levando a graves problemas de desnutrição, com impacto na mortalidade infantil, expectativa de vida e causando doenças crônicas em parte da população.

As intervenções tiveram um efeito positivo sobre desnutrição em cinco estudos incluídos na revisão, caso em que se destacou o *Programa Comedores Escolares* da Argentina e *School Nutrition Program* de Honduras, com atuações comprovadas sobre a redução de tal desfecho. Embora a desnutrição tenha sido um problema comum em Honduras, foi observado ser mais habitual nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. A interferência da atuação positiva em tal desfecho foi um fenômeno decorrente da inserção social, acesso a cuidados de saúde, habitação e renda adequadas em ambos os países. No entendimento de Valente (2003), a sua efemeridade ocorre devido ao estado de inclusão social soberana em meio à questão nutricional nos países da América Latina e Caribe. Contudo, a pouca ênfase dada ao combate à desnutrição crônica que permaneceu em Honduras e na Argentina acabou influenciando nos bons resultados obtidos no combate à desnutrição mais leve devido a sua abordagem intersetorial das intervenções de combate à fome.

Esses quatro estudos: Programa de distribuição de leite fortificado (México), Programa Bolsa Família (Brasil), Programa Integral de Nutrição (Peru) e Programa Juntos (Peru), foram incluídos na pesquisa porque mostraram resultados relevantes (promissores) sobre a desnutrição. No contexto da saúde pública, as variáveis nutricionais fornecidas pelo Programa Integral de Nutrição (PIN) foram importantes para romper a prevalência de desnutrição infantil no Peru. No estudo realizado por Beltrán e Seinfeld (2011) concluíram com seus resultados que Programa Integral de Nutrição compõem a estratégia de nutrição do governo foi uma forma eficaz de reduzir a desnutrição. Além dessa experiência, uma alternativa já reconhecida por organismos internacionais, e que tem sido apontada como promissora no Brasil, vem justificar a existência de uma realidade rica de conhecimentos, práticas e biodiversidade a serem acionados para a busca da segurança alimentar de parcela significativa da população brasileira.

Os dois estudos incluídos que avaliavam o efeito do *Programa Cruzada contra el Hambre* (México) evidenciaram que o programa apresentou evidências limitadas (emergente) com relação a desnutrição, e o mesmo ocorreu com o Programa Bolsa Família (Brasil). A este respeito, é de suma relevância ressaltar que as evidências sobre a ação governamental voltada às intervenções de transferência de renda foram paulatinamente desmontadas nesse campo, de tal modo que não houve uma intervenção que tenha conseguido suprir esse *déficit* na desnutrição de modo efetivo ao considerar a atuação no combate à fome ao longo do tempo na América Latina e no Caribe. As políticas existentes foram

consideradas insuficientes, fragmentadas e localizadas, devido ao fato de centrarem-se basicamente na transferência de valores monetários de montante escasso para alterar o quadro de miséria envolvendo a desnutrição das famílias beneficiárias.

As evidências encontradas nos estudos apontaram que não foi possível avaliar o efeito do *Programa de Comedor Comunitario* (México), *Programa Colombiano de Bem-Estar da Família* (Colômbia) e *Programa Nutricional Articulado* (Peru) na desnutrição. Conforme Freitas (2003), a natureza da fome sucumbiu ao determinismo social, o qual foi ignorado no discurso médico hegemônico e posteriormente minimizado no termo desnutrição. O foco biológico primário foi distanciando gradativamente as questões sociais daquelas relacionadas ao corpo, fazendo desaparecer a condição humana ou excluir o organismo para manter supostos objetivos científicos.

As intervenções como *Familias em Acción*, da Colômbia, e programa *Red Solidaria*, de El Salvador, incluídas nessa categoria, tiveram resultados relevantes (classificação “promissor”) sobre o efeito das intervenções no nanismo. As crianças de domicílios em situação de fome costumavam apresentar desnutrição, baixa frequência alimentar e baixo escore de diversidade alimentar. A baixa frequência foi associada ao nanismo devido ao baixo peso e magreza definido para idade da criança. Os estudos referentes ao nanismo apresentaram características sobre o problema associadas à baixa frequência de alimentação, referente às condições de renda, baixa escolaridade materna e da cuidadora, insegurança alimentar/nutricional e infecções respiratórias agudas.

Considerações finais

A análise das intervenções de combate à fome em vigência no período de 2010 a 2020 na América Latina e no Caribe permitiu a formulação de diversas perguntas, bem como possibilitou algumas constatações. A primeira verificação é que as intervenções de combate à fome que estiveram em vigência já trazem consigo muitos contornos de ações e estratégias já desenvolvidas ao longo período. No entanto, existe uma permanência diferente da problemática em cada país. Muitas dessas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao incremento em países em desenvolvimento.

Apesar dos avanços observa-se que a fome ainda é imprecisa quantitativamente, o que tem implicações no resultado das pesquisas de evidência, nos seus números e na soma desse fato permanecer como tema muitas vezes oculto nos debates políticos. Isso repercute na invisibilidade do fenômeno da fome, o que se tornou um problema maior, relacionado tanto ao perfil e número de famintos, como à própria terminologia utilizada de insegurança alimentar, o que, por vezes, suaviza e oculta a verdadeira face da fome.

No mesmo sentido antes apontado, as políticas de combate à fome na América

Latina e no Caribe foram profundamente influenciadas pelo conceito de insegurança alimentar. Essa noção já está bastante consolidada no Brasil e fortaleceu-se cada vez mais diante do fenômeno da fome em outros países. Nesse sentido, observa-se, nesta revisão, a diversidade de programas promissores nas suas ações que estiveram em vigência entre 2010-2020. Contudo, o viés imediatista de resolver o problema da fome com acesso aos alimentos permaneceu mais expressivo e consolidado entre os países, destacando-se as intervenções de transferência de renda ou de transferência monetária. Esses aspectos demonstraram a fragilidade do tema da fome enquanto política pública estratégica de governo.

Os países como Brasil, México e Colômbia destacaram-se por possuir uma maior quantidade de intervenções e uma maior diversidade delas implementadas durante o período analisado neste estudo. Em vários estudos examina-se o impacto de programas ou políticas nacionais de Segurança Alimentar implementadas pelos países e executadas de forma multidisciplinar no setor público. Essas intervenções envolvem a colaboração de diversas entidades, incluindo o Estado, organizações não governamentais, movimentos sociais e sociedade em geral, a fim de desenvolver políticas públicas que abordem questões cruciais como pobreza, saúde, educação, emprego, desenvolvimento rural, tecnologia, pesquisa e assistência direta a populações vulneráveis que sofrem com a fome.

As evidências mais consistentes em relação ao efeito positivo sobre o combate à fome encontradas por essa revisão dizem respeito a intervenções de transferência de renda, tendo como carro chefe o Programa Bolsa Família implementado no Brasil. A transferência de renda amenizou o problema da escassez alimentar vivenciada pelas famílias, contudo pouco estimulou forma justas e dignas de acesso aos alimentos, a não ser pelo meio monetário, que se tornou um modo temporário para prover alimentação de todos os membros da unidade doméstica em quantidade e qualidade adequadas. As pesquisas empíricas têm comprovado que quanto mais industrializado e maior a renda per capita dos países, maiores são os investimentos em políticas sociais e programas de transferência de renda, e por conseguinte, menores os índices de desigualdade e pobreza.

Referências

ADROGUÉ, C.; ORLICKI, M. E. In-school feeding programs have an impact on academic performance? The case of public schools in Argentina **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 50, p. 1-20, enero, 2013.

AGUILAR ESTRADA, A. E.; CRUZ, M. J. S. Heterogeneidad del ingreso en los municipios de la Cruzada Nacional contra el hambre. **Estudios Políticos**, n. 42, p. 145-170, sep./

dic., 2017.

AGUILAR-ESTRADA, A. E.; CAAMAL-CAUICH, I.; BARRIOS-PUENTE, G.; ORTIZ-ROSALES, M. Á. ¿Hambre en México? Una alternativa metodológica para medir seguridad alimentaria Estudios sociales. **Revista de alimentación contemporánea y desarrollo regional**, v. 29, n. 53, s/p, 2019.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895-903, nov./dez., 2009.

ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O.; DI MARO, V. The Impact of Oportunidades on Consumption, Savings and Transfers. **Fiscal Studies**, v. 33, n. 3, p. 305-334, set. 2012.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 2, p. 177-189, mar./abr., 2012.

ARNÉS, E.; ASTIER, M.; GONZÁLEZ, O. M.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Participatory evaluation of food and nutritional security through sustainability indicators in a highland peasant system in Guatemala. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 5, p. 482-513, 2019.

ATTANASIO, O. P.; BATTISTIN, E.; MESNARD, A. Food and cash transfers: evidence from Colombia. **The Economic Journal**, n. 7326, p. 1-46, mar., 2012.

BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. **Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.

BELIK, W. As várias dimensões da Fome. **Jornal da Unicamp**, s/n., p. 2, jun. 2006.

BOERS, M. Graphics and statistics for cardiology: designing effective tables for presentation and publication. **Heart**, v. 104, p. 192-200, 2018.

BOLAND, M.; BRAUTIGAM, A. Economic analysis of options for food aid policy in

Honduras. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 13, n. 2, p. 51-68, 2010.

BOLOM MARTÍNEZ, S.; FIGUEROLA, F. E.; BLANCO WELLS, G.; AMTMANN MOYANO, C. Evaluación del proyecto estratégico de seguridad alimentaria em la microrregión cafetalera zona altos de Chiapas. **Agroalimentaria**, v. 21, n. 41, p. 37-52, jul./dic., 2015.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011.

BRANQUINHO, S. A.; OLIVEIRA, K. E. S.; AKUTSU, R. C.; SILVA, E. F. Socio demographic and health profile of clientes of community restaurants of brazilian social programs. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 42, n. 1, p.14-22, 2015.

CARO, F. B.; HERNÁNDEZ, E. Y. R.; FAJARDO, K. D. G.; VIVEROS, S. S.; TORRES, R. M. Nivel de Seguridad Alimentaria en beneficiarios de Comedores Comunitarios del programa Cruzada Nacional contra el Hambre (México). **Revista Española de Nutrición Comunitaria**, v. 24, n. 3, p.117-124, 2018.

CHONCHOL, J. **El desafío de la comida: el hambre em el mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

DE BRAUW, A.; PETERMAN, A. **Can conditional cash transfers improve maternal health and birth outcomes?** Evidence from El Salvador's Comunidades Solidarias Rurales. Washington, DC, United States: International Food Policy Research Institute, 2011.

ENGELHARD, E.; HAKE, M. **Food Security Evidence Review: key drivers and what works to improve food security**. Chicago: Available from Feeding America, 2020.

FONSECA, C. Z. Y.; PATINO, B. G. A.; HERRAN, F. O. F. Desnutrição e segurança alimentar: um estúdio multinível. **Rev. criança. nutr**, v. 40, n. 3, p. 206-215, set. 2013.

FONSECA, S. M. P.; PACHÓN, H. Factores asociados con la seguridad alimentaria en un Municipio Rural del norte del Cauca. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 62, n. 3, p. 227-233, 2012.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDU-

FBA, 2003.

GALEANO BATE, S. L. Mejoramiento de la Calidad de vida de los beneficiários del Programa de Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza en la Colonia Indígena La Promesa en el Departamento de Presidente Hayes. **Población y Desarrollo**, v. 25, n. 48, p. 20-27, 2019.

GALIANO, L. P.; MANRIQUE ABRIL, F.; ERNERT, A.; BAU, A. M. The double burden of malnutrition and its risk factors in school children in Tunja. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 62, n. 2, p. 119-126, 2012.

GARZA, N. P.; SALVATIERRA-IZABA, B.; LOMELÍ, C. B. Z.; DOSAL, A. T.; MODESTO, A. M. Impacto del Programa Comedores Comunitarios SINHAMBRE sobre la desnutrición en Chiapas rural mediante el enfoque de Seguridad Alimentaria. **Población y Salud en Mesoamérica**, v. 16, n. 1, p. 44-76, Jul./Dic., 2018.

GITTER, S. R.; BARHAM, J. M. B. L. Early-Childhood Nutrition and Educational Conditional Cash Transfer Programmes. **The Journal of Development Studies**, v. 49, n. 10, p. 1397-1411, 2013.

GONZÁLEZ, G. C. G.; ZACARÍAS, H. I.; DOMPER, R. A.; FONSECA, M. L.; LERA, M. L.; VIO DEL, R. F. Evaluación de un programa de entrega de frutas con educación nutricional em escuelas públicas rurales de la Región Metropolitana, Chile. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 41, n. 3, p. 228-235, 2014.

HEAD, B. W. Thre elenses of evidence-based policy. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 67, n. 1, p. 1-11, 2008.

KRONEBUSCHB, N.; DAMON, A. The impact of conditional cash transfers on nutrition outcomes: Experimental evidence from Mexico. **Economics and Human Biology**, v. 33, p. 169-180, 2019.

LOPES, S. O.; PAIXÃO, M. Q.; SANTOS, R. H. S. A (in) sustentabilidade produtiva e a (in) Segurança Alimentar e Nutricional. In: MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa: UFV, 2020. p. 279-291.

LÓPEZ GARCÍA, A. C.; DÍAZ GONZÁLEZ, H. H. Implementación del Programa Especial de Seguridad Alimentaria en México y Guatemala. **Revista CIMEXUS**, v. 14, n.1, p. 34-57, 2019.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014.

MAYO-WILSON, E.; LI, T.; FUSCO, N.; DICKERSIN, K.; MUDS investigators. Practical guidance for using multiple data sources in systematic reviews and meta-analyses (with examples from the MUDS study). **Research Synthesis Methods**, v. 9, n. 1, p. 2-12, mar. 2018.

MILLÁN SMITMANS, P. **Terminar com el hambre**: seis políticas públicas claves. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2014.

MORALES RUÁN, M. C.; VALENZUELA BRAVO, D. G.; JIMÉNEZ AGUILAR, A.; CUEVAS NASU, L.; MÉNDEZ, G. I.; SHAMAH, L. T. Diversidad de la dieta en mujeres que habitan en inseguridad alimentaria en México, beneficiarias de un programa de ayuda alimentaria. **Nutr Hosp**, v. 35, p. 408-415, 2018.

MUÑOZ SÁNCHEZ, L. P.; VANEGAS GÓMEZ, D.; MOLINA LASPRILLA, K.; LONDOÑO ECHEVERRY, Á. M.; MARTÍNEZ, J. W.; MUÑOZ VALENCIA, J.; FLÓREZ, H. A.; CASTAÑO, M. I. Nivel de seguridad alimentaria en algunas familias campesinas de Risaralda (Colombia). **Investigaciones Andina**, v. 16, n. 29, p. 1016-1028, sep. 2014.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 01, p. 051-070, Jan/Mar 2015.

OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. **Ciência Rural**, v. 47, n. 1, p. 1-6, 2017.

PINTO, J. **Direito à alimentação e segurança alimentar nos países da CPLP**: Diagnóstico Base. Roma: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2011.

PIPERATA, B. A.; SPENCE, J. E.; DA-GLORIA, P.; HUBBE, M. The nutrition transition in

Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 146, p. 1-13, 2011.

POBLACION, A. P.; MARÍN-LEÓN, L.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SILVEIRA, J. A.; TADDEI, J. A. A. C. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. **Caderno de Saúde Pública**, v. 30, n. 5, p. 1067-1078, mai./2014.

PONCE, J.; BEDI, A. S. The impact of a cash transfer program on cognitive achievement: The Bono de Desarrollo Humano of Ecuador. **Economics of Education Review**, v. 29, n. 1, p. 116-125, 2010.

PONCE, J.; RAMOS-MARTIN, J. Impacto de duas intervenções políticas sobre a diversidade alimentar no Equador. **Nutricionista de Saúde Pública**, v. 20, n. 8, p. 1473-1480, jun. 2017.

QUEZADA-SÁNCHEZ, A. D.; GARCÍA-GUERRA, A.; GALINDO-GÓMEZ, C.; GARCÍA-MORALES, C.; MOLINA-VÉLEZ, D.; PALACIO-MEJÍA, L. S. Mala nutrición a nivel municipal en población preescolar mexicana y cobertura del Programa Nacional México Sin Hambre. **Salud Publica Mexico**, v. 62, p. 279-287, 2020.

QUIZÁN PLATA, T.; ANAYA BARRAGÁN, C.; ESPARZA ROMERO, J.; OROZCO GARCÍA, M. E.; ESPINOZA LÓPEZ, A.; BOLAÑOS VILLAR, A. V. Efectividad del programa Promoción de alimentación saludable en estudiantes de escuelas públicas del estado de Sonora **Estudios Sociales**, v. 21, n. 42, p. 175-203, jul./dic., 2013.

REGMI, A.; GEHLHAR, M. New Directions in Global Food Markets United States Department of Agriculture. In: REGMI, A.; GEHLHAR, M. (editors) **Report from the Economic Research Service Agriculture Information Bulletin**. USDA: New Directions in Global Food Markets, 2005.

REYNOSO, L. H.; SALAZAR, R. L.; ESQUER, M. R. P. El Programa de Apoyo Alimentario y la política social integral en la Cruzada contra el Hambre en México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, ano LXI, n. 227, p. 379-408, may./ago., 2016.

SANTOS, L. N.; CARNEIRO, D. F.; SCHMIDT, S. T.; BEZERRA, I. Estratégias de acesso aos alimentos pelas famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 8, n. 2, p. 84-94, 2015.

SARMENTO, F. **Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

SOUZA, N. N.; DIAS, M. M.; SPERANDIO, N.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 655-662, dez. 2012.

SPERANDIO, N.; RODRIGUES, C. T.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017.

STOVOLD, E.; BEECHER, D.; FOXLEE, R.; NOEL-STORR, A. Study flow diagrams in Cochrane systematic review updates: an adapted PRISMA flow diagram. **Systematic Reviews**, n. 3, p. 54, 2014.

SUZART, A. S.; FERREIRA, A. P.; LEMOS, G. C. S. M.; CORREA, G. T. B.; BONFATTI, R. J.; OLIVEIRA, M. H. B. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 699-715, jul./set. 2017.

TIBORSKI CESAR, J.; TACONELI, C. A.; OSÓRIO, M. M.; SCHMIDT, S. T. Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 3, p. 977-988, 2020.

TRIVELLATO, P. T.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C.; SANTOS, R. H. S.; COSTA, B. A. L. Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program. **Revista de Nutrição**, v. 32, p.1-10, 2019.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan./jun., 2003.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-53, Dec. 2005.